



Em média, juízes dizem trabalhar 46 horas por semana.

Stress, dificuldade em dormir, sintomas depressivos: 17% dos juízes em risco de *burnout*

ESTUDO Associação sindical pede ação aos Conselhos de Magistratura para melhorar condições de trabalho.

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) considera “muito preocupante” as conclusões de um estudo que colocam 17% dos juizes em risco elevado de *burnout* e defende que passa pelos Conselhos Superiores da Magistratura melhorar as condições de trabalho.

Para o presidente da ASJP, Manuel Soares, o estudo do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ontem divulgado, acendeu uma “luz amarela-laranja” à qual os Conselhos Superiores devem dar resposta imediata, respondendo aos primeiros sinais de *stress* profissional, “um processo evolutivo” que é preciso detetar precocemente para evitar que juizes doentes em serviço.

“Quem é que agora tem que olhar para essa luz amarela intermitente com muita atenção? Os conselhos superiores de magistratura. Têm que organizar melhor o trabalho, os mecanismos que existem de saúde no trabalho, acrescentar-lhe esta valência de apoio de natureza psicológica e de deteção de situação de doença, para termos a certeza que as pessoas não são forçadas a trabalhar quando estão doentes e segundo e mais importante que o cidadão tenha um juiz completamente apto a trabalhar no seu processo”, disse à Lusa.

O estudo *Condições de trabalho, desgaste profissional, saúde e bem-estar dos/las juizes/las portuguesas/las*, do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, coordenado pelos investigadores João Paulo Dias e Paula Casaleiro, revela que quase 17% dos juizes estão em risco elevado de *burnout*,

com consequências como *stress*, dificuldade em dormir e sintomas depressivos. O documento recomenda mudanças na gestão dos tribunais e na avaliação dos magistrados.

Em média, os juizes dizem trabalhar 46 horas por semana, mas em algumas áreas superam as 50, referindo impactos na vida pessoal, levando muitas vezes trabalho para casa, que se prolonga pelo fim de semana e afeta a conciliação com a vida familiar. Em termos de impacto na saúde, 66,7% dos participantes invocaram dificuldade para dormir, 35,9% apontou o *stress* e 26,2% admitiram sintomas depressivos.

Trabalhar em megaprocessos é o fator que mais contribui para níveis de *stress* funcional muito elevados – 65,8% dos juizes consideram-no muito stressante –, mas processos volumosos, cumprimento de prazos e falta de apoio para conciliar a vida profissional e pessoal também são fatores de *stress* relevantes.

Para João Paulo Dias, um dos coordenadores do estudo, “o sistema está um pouco desequilibrado e é rígido”. “Sabemos que há situações onde a carga processual é insustentável. Depois temos outros casos onde é aceitável e até leve. Agora, para gerir o sistema no sentido de equilibrá-lo, em termos legais é preciso haver aprovação da reorganização judiciária quase em tempo real para que seja possível aos conselhos equilibrar o sistema, ou seja, colocar mais juizes onde eles são necessários e retirá-los onde eles não são tão necessários”, disse, reconhecendo que esta flexibilidade precisa de alterações legislativas que dependem do acordo do poder político.

DN/LUSA